

## **Modo de vida rural, assentamentos de reforma agrária e comunidades rurais: perspectivas da territorialidade.**

RECH, Tiago Bassani<sup>1</sup>  
HEIDRICH, Álvaro Luiz<sup>2</sup>

Esse texto é escrito com base em observações empíricas e em leituras realizadas. As idéias contidas no mesmo são baseadas em autores e textos lidos que estão referenciados no final, alguns sem citações diretas.

O Brasil verificou durante décadas o fenômeno migratório da população residente do campo para as cidades grandes, ao passo de que, de acordo com o IBGE, em 1950, em torno de 50% da população estava na cidade e a outra parte no campo. Porém, em 1980, esse número elevava-se para, aproximadamente, 80% da população brasileira vivendo nas cidades. Fatores variados levaram a esse acontecimento, particularmente, cada família ou pessoa teve um motivo, no entanto, de modo geral, a modificação de uma agricultura eminentemente manual para uma mecânica e em larga escala, bem como a expansão da fronteira agrícola do país influenciaram significativamente para o êxodo rural.

Em torno da mesma época, nos anos 80, ganham visibilidade no país os movimentos sociais de luta pela terra. São movimentos de reivindicação do direito de utilizar do solo brasileiro para tirar seu sustento, visto que muitos perderam suas terras pelo processo de expropriação social inerente às relações sociais capitalistas. Esses movimentos atingem o Brasil inteiro, organizados por grupos diferentes (MST, Pastoral da Terra), que lutam pelo direito à terra, pelos direitos dos indivíduos (e do coletivo) e contra a desigualdade e as injustiças sociais. São movimentos abrangentes que têm se articulado com outros movimentos sociais numa tentativa de união de forças para pressionar os órgãos competentes a promover ações de igualdade social.

Na organização internacional dos movimentos, está a Via Campesina, que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa. Uma das principais políticas da Via Campesina é a defesa da soberania alimentar (de acordo com o movimento, é o direito dos povos de decidir sobre sua própria política agrícola e alimentar). A Via Campesina aproxima-se mais dos camponeses e possui ações significativas e pontuais na sua trajetória de luta. Enquanto os movimentos de luta pela terra ocupam fazendas improdutivas em protesto e reivindicação de reforma agrária, a Via Campesina promove ações em defesa da produção camponesa e naquilo que envolve a mesma. Isso significa ações que se opõem aos alimentos transgênicos, às grandes monoculturas, a defesa de alimentos saudáveis, sem uso de agrotóxicos ou aditivos químicos, ou seja, em defesa de uma agricultura tipicamente camponesa, com produção familiar e ligada ao ambiente em que ocorrem os cultivos. De acordo com o movimento, isso proporciona alimentos de boa qualidade e culturalmente apropriados, para o mercado interno. Ainda de acordo com o movimento, torna-se fundamental, para esse feito, manter um sistema de produção camponês diversificado (biodiversidade, respeito à capacidade produtiva das terras, valor cultural, preservação dos recursos naturais).

Esse modelo defendido encontra correspondência, parcialmente, nas comunidades rurais do interior do Rio Grande do Sul. Particularmente, o caso de Maquiné, conhecido como município verde do Estado e com grandes áreas de pequena

---

<sup>1</sup> Discente - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

<sup>2</sup> Orientador - Docente – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

produção (não necessariamente familiar). Até a década de noventa, o modelo de agricultura era tipicamente familiar. Essa forma de cultivo no Brasil é um modelo de produção que fixa pessoas no campo, gera trabalho e distribui renda Sabourin (2004). A maioria dos estabelecimentos agrícolas no país (85%) pertencem ao setor familiar e camponês. A sua importância para a economia é fundamental, “contribui com dois terços da produção de tubérculos e de leite, um terço da produção de soja, 20% da de carne bovina e as frutas, o fumo, a laranja, o cacau, a pimenta-do-reino são também produções camponesas no Brasil” Sabourin (2004). São temas pertinentes, os valores econômicos do que é gerado por este setor tão importante da economia, assim como o modo de vida camponês, que possui importante valor na manutenção das manifestações tradicionais pelo Brasil. Esse modo de vida abarca uma série de reflexões possíveis, uma delas é o conhecimento de mundo que existe neste meio, que é riquíssimo. As pessoas que vivem no campo possuem uma ligação muito estreita com a natureza que até pouco tempo não era valorizado pela ciência. Essas pessoas sabem o momento certo de se trabalhar na terra, sabem quais cultivares são possíveis, sabem as épocas de extrair determinadas madeiras e, sobretudo, a maioria delas, trabalham no tempo da natureza, ou seja, à luz do dia e em harmonia com as condições temporais meteorológicas.

As relações sociais que compõem essa comunidade, bem como o conjunto de técnicas utilizadas de plantio (como a forma de fazê-lo, época, local) expressam laços territoriais muito significativos. Weber denominava de relações comunitárias “quando e na medida em que a atitude na ação social — no caso particular ou em média ou no tipo puro — repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo” (Weber, 1991 p. 25) . O território permite esse sentimento de pertença, que é proporcionado pela territorialidade. Nas palavras de Sack, territorialidade é definida como a tentativa de um indivíduo ou agrupamento para influenciar e ser influenciado, ou controlar pessoas, fenômenos, e relações, delimitando e afirmando o controle em cima de uma área geográfica. Esta área será chamada o território (Sack, 1986, p. 19 – tradução livre)

É a territorialidade que faz com que as famílias que viviam nesse vale, por volta da referida década, se unirem num dia para plantar toda uma roça de milho ou feijão, ou seja, proporcionava ações solidárias tipo mutirão, quando necessário para ajudar um ou outro que necessitava. O que os movia era o instinto coletivo e de grupo que os unia e une até os dias atuais. Com o passar do tempo, as famílias foram desmembrando-se e seus descendentes migraram para as cidades. Esse fenômeno não é recente, na década de 80 isso já ocorria, em proporções muito menores. Essas mesmas pessoas que migraram naquela época, nos dias atuais, após aposentarem-se, retornam para o vale, para viver no local que permaneceu marcado, que possui identificação com os mesmos.

Assim como o campesinato em Maquiné, o modo de vida camponês pode inspirar, também, a organização territorial de assentamentos de reforma agrária, visto que um dos seus objetivos, além da justiça social, é o direito a terra. Um segmento do campesinato no Brasil participa dos movimentos sociais de luta pela terra. Esses movimentos buscam a inserção e a re-inserção do homem ao campo. Nesse país, essa luta começou um pouco antes do golpe militar de 1964 e a partir desse período, essa luta foi duramente massacrada. Após a ditadura militar, em 1985, retoma-se o movimento. Neste período de aproximadamente 20 anos, mais de 28 milhões de pessoas foram expulsas do campo pelo modelo agrário patronal e a busca por um lote de terra só tem aumentado nos últimos anos. Em 1990, eram 119 acampamentos e 12.805 famílias. Em 2005, eram 778 acampamentos e 127.872 famílias, ou seja, o número de famílias multiplicou por 10.

As lutas do movimento baseiam-se na construção de um projeto de transformação social, no questionamento das bases de sustentação da sociedade capitalista: a propriedade privada, que se manifesta na apropriação privada da riqueza, da terra, do trabalho alheio, do conhecimento, da escola... O movimento aponta para uma ampla reforma agrária que, segundo ele, só concretizar-se-á no interior de uma sociedade socialista. Daí o empenho do movimento na organização massiva dos trabalhadores, no desencadeamento de grandes frentes de luta, na articulação com outras organizações e movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos. Além de um processo crescente de internacionalização da luta, através, por exemplo, da Via Campesina.

Esse ideal torna-se fator de atração para muitas pessoas que podem estar numa situação de desesperança e/ou numa situação crítica de vulnerabilidade, tanto no campo como nas cidades. As pessoas que estão nas cidades e vêm no campo a alternativa é o objetivo maior da pesquisa. As ocupações organizadas pelo movimento em latifúndios considerados improdutivos e os assentamentos oriundos do movimento de luta da organização acabam por atrair pessoas e a se identificar com o movimento. Existe, então, uma relação de identidade que cria os laços com as pessoas que aderem à luta e que mantém os primeiros camponeses expropriados da terra no referido movimento. Nesse sentido, Vendramini escreve que

A identidade coletiva do Sem Terra organizado em torno do MST é uma identidade de classe, construída politicamente pelas ações do movimento, tendo em vista a situação dos trabalhadores rurais sem-terra no processo de produção, comercialização, financiamento, abastecimento de insumos etc. O Sem Terra constitui-se como classe na luta de classes. (2000, p. 02)

A busca da justiça social, bandeira do MST e de outros movimentos sociais (não só de luta pela terra) convergem com a idéia de Bauman sobre comunidade. Escrito em tom praticamente poético, ele afirma que

Se vier a existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser (e precisa sê-lo) uma comunidade tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e de responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos (2003, p. 134).

Um assentamento é um coletivo que originou-se do movimento de luta pela terra, de sua busca, através de ocupações de espaços. Nem sempre as pessoas que ocupam uma área serão, necessariamente, assentadas naquela área ocupada, mesmo que venha a ser um assentamento. A solidariedade entre os mesmos assemelha-se com a solidariedade encontrada nas comunidades camponesas já constituídas há mais tempo. O futuro do coletivo de um assentamento pode ser o de uma comunidade campesina, mas muitas variáveis ligadas à identidade, comunidade e territorialidade precisam amadurecer.

Empiricamente falando, um fator de atração de pessoas da cidade ao movimento pode ser uma forma de segurança que o assentamento proporciona: o trabalho com a terra proverá alimentos para as pessoas que dela cultivam (excetuando-se os períodos de estiagem e pestes das lavouras). A forma de cultivo em alguns assentamentos encaixa-se com os motivos campesinos: muitos deles, principalmente da região metropolitana de Porto Alegre, trabalham, parcialmente, com agricultura ecológica, agregando maior valor nutricional aos seus produtos e, indiretamente, voltando a forma de plantio das tradicionais comunidades campesinas do início do século passado. O principal produto agroecológico produzido é o arroz, principalmente pelo assentamento Fazenda Capela (Nova Santa Rita), que adquiriu uma máquina de beneficiamento de arroz. Além de

beneficiar toda a produção do assentamento, ela beneficia o arroz de assentamentos vizinhos, como os de Eldorado do Sul e de Viamão. Essa atração em função do arroz assemelha-se, em partes, ao caso proposto por Guy di Meo e Franck Guerit (1996), das cidades francesas de Pau, que são áreas polarizadoras. Essa atração cria laços mais fortes, uma rede entre os assentamentos, cujo assentamento Fazenda Capela a polariza, não por hierarquia, como escrevem os autores, mas por equipamentos que auxiliarão os demais assentamentos no beneficiamento de seu produto. Pode-se pensar a adição a essa rede criada a solidariedade proposta por Bauman.

Nas relações sociais oriundas dessa rede, observa-se o que Weber chama de associação,

Uma relação social denomina-se associativa quando e na medida em que a atitude na ação social repousa num ajuste ou na união de interesses racionalmente motivados (com referência a valores ou fins). A relação associativa, como no caso típico, pode repousar especialmente (mas não unicamente) num acordo racional, por declaração recíproca. Então, a ação correspondente, quando é racional, está orientada: a) de maneira racional referente a valores, pela crença no compromisso próprio; b) de maneira racional referente a fins, pela expectativa da lealdade da outra parte (Weber, 1991, p. 25).

Os assentamentos são criados e têm um caráter, aparentemente, associativo, enquanto que as comunidades campesinas são, tipicamente, comunidades. Essa diferença desencadeia tipos diferentes de territorialidades. Cada territorialidade desenvolve-se não apenas das relações de poder que compõem o território, mas também das relações de cada grupo com seu entorno. Essas relações que diferem um do outro, de comunidade para associação. Assim como cada grupo relaciona-se com seu entorno, o entorno relaciona-se com cada grupo, proporcionando fatores de atração ou repulsão, como uma relação de causa e efeito. De acordo com Heidrich,

essas dimensões do humano são produtoras de uma geografia no espaço, é territorialização produtora de territórios. Penso que devemos conceber essa transição do humano para social, essa transição do humano que produz espaço, essa condição que configura o humano como social e o espaço como território (Heidrich, 2007, p. 4).

Observada a diversidade de fatores ligados à organização de assentamentos e de comunidades campesinas, às ideologias dos movimentos sociais, torna-se interessante a diversidade da origem das pessoas que passaram e passam por essas dimensões do humano, da produção espacial e do território. As territorialidades, individuais ou coletivas, geradas a partir da instalação do assentamento produzem uma inquietação: se aqui se tem uma nova territorialidade, de onde vêm as pessoas que a compõe? É sabido que nem notas vêm do campo, uma parcela significativa das pessoas que ingressam no movimento origina-se das cidades.

Pelos relatos de assentados no assentamento Fazenda Capela, em Nova Santa Rita/RS, as pessoas que entram no movimento são oriundas tanto do campo (e em grande parte de áreas longínquas de onde estão assentados), quanto das cidades (extrabalhadores da indústria). Essa mudança de local que esses trabalhadores passam pode configurar-se naquilo que Raffestin chama de reterritorialização, ou seja, a mudança de um local onde esses trabalhadores estavam familiarizados, onde viviam e desenvolviam suas relações com o meio para um novo local que, assentados, irão se configurar, territorialmente, à semelhança de uma comunidade rural, na sua organização, nas suas atividades, enfim, no seu modo de vida.

Os cenários recentes, no Brasil, indicam a união entre os diversos movimentos sociais existentes, nas suas diferentes frentes de atuação. Existe um ponto em comum

entre eles: a justiça social. Ao acompanhar um final de semana de formação entre os grupos, o simbolismo da luta que esses grupos seguem ficou fortemente manifestado. Indiferente do movimento que ingressam e de sua origem, estão ali por um ideal, que lutam ferozmente, estão lá para tentar minimizar as mazelas trazidas pelo sistema econômico vigente, excludente e segregacionista. Cenários de incerteza fazem parte do cotidiano, a insegurança é propagada pela mídia informativa, também é noticiado o ideal de vida: aquele onde não há necessidade de preocupação com segurança, onde reina o bem estar. Esses cenários assemelham-se muito a comunidades rurais, como nas disposições das casas, com amplo espaço entre cada uma delas ou com o paisagismo, com arbustos e árvores em abundância.

Dentro desse cenário excludente, de economia neoliberal, é possível que algumas pessoas que vivem nas cidades tenham seus sonhos frustrados, seus desejos atropelados pelo livre mercado e, que como alternativa, só resta o caminho do campo, com a perspectiva de um futuro melhor, ou, ao menos, de uma segurança, que na cidade não existe. Enquanto a cidade é altamente individualista, na vida campesina, muitas vezes disposta em comunidades ou em associações, é bastante altruísta, numa relação muito próxima à descrição de Weber, transcrita anteriormente. Em assentamentos de reforma agrária, a produção ocorre por associação, muitas vezes, não universal, mas parcial do assentamento, organizada por uma cooperativa de assentados, onde é feita a comercialização dos produtos e a repartição dos resultados.

Embora o empirismo prevaleça, é necessário o entendimento de alguns questionamentos, tais como o que atrai pessoas ao movimento? Identificação com o movimento ou falta de alternativa? Segurança? Estilo de vida?

Essas respostas estão sendo construídas ao longo da pesquisa, é uma área que envolve dedicação, pois trabalha-se com a especificidade familiar ou individual.

## Referências

ALBUQUERQUE, Francisco José Batista de; COELHO, Jorge Artur Peçanha de Miranda; VASCONCELOS, Tatiana Cristina. As políticas públicas e os projetos de assentamento. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 9, n. 1, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2004000100010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000100010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 28 Set 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Territorialidade Humana: Memória, Representação e Consciência. **Revista Formação**. FCT-UNESP, Campus de Presidente Prudente, n<sup>o</sup>14 volume 2, 2007, p. 01-07

MÉO, Guy Di. **Les territoires du quotidien**. Paris: L'Harmattan, 1996

RAFFESTIN, Claude. "Repères pour une théorie de La territorialité humaine". In DUPUY, Gabriel et al. **Reseaux territoriaux**. Caen: Paradigme, 1988.

SABOURIN, Eric. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?. **Soc. estado**, Brasília, v. 22, n. 3, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922007000300009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922007000300009&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 28 Set 2008.

SACK, Robert David. Human Territoriality. Cambridge: University Press, 1986

VENDRAMINI, Célia Regina. **Assentamentos do MST e Identidade Coletiva.**  
Disponível em [www.anped.org.br/reunioes/26/posteres/celiareginavendramini.rtf](http://www.anped.org.br/reunioes/26/posteres/celiareginavendramini.rtf)

WEBER, Max. Economia e sociedade : fundamentos da sociologia compreensiva.  
Brasília: Ed. da Unb, 1991